



**INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO
NO BRASIL:
UM OLHAR CONTEMPORÂNEO**

**THE INSERTION OF PROTESTANTISM
IN BRAZIL:
A CONTEMPORARY LOOK**

Maria das Graças Sá Roriz Fonteles

Graduada em Odontologia e mestre em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
Mestre em Ciências da Religião e doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: grsfonteles@yahoo.com.br

RESUMO

Com o objetivo de fazer uma apreciação da inserção do protestantismo no Brasil, o presente artigo faz uma análise da historicidade dos fatos mais marcantes e que contribuam para a identidade desse povo. A busca pela sua identidade se desenvolve de uma maneira singular, partindo do princípio de que, para tal, há participação do outro, aqui simbolizado pela Igreja católica romana. Assim, cumpre o protestantismo seu papel de partícipe na construção da sociedade brasileira e de seus valores. Apesar das adversidades enfrentadas nos primórdios, isso tem servido como meio de criar o caráter protestante em vez de suprimi-lo. O olhar de laicização da sociedade contemporânea abre espaço para os protestantes, conferindo-lhe liberdade igual aos católicos romanos. As adversidades vivenciadas ao longo do tempo servem para forjar o caráter do protestante ao invés de mitigá-lo.

PALAVRAS-CHAVE

Protestantismo; Inserção; Identidade; Igreja católica romana; laicização.

ABSTRACT

With the objective of making an appreciation of the insertion of the Protestantism in Brazil, the present article makes an analysis of the reliable facts and a historicity of the most important factors that contributed to the identity of this people. A search for their identity develops in a very peculiar manner, starting from the principle that in order for this to be reached there is a participation of the other, here symbolized by the Roman Catholic Church. Therefore, the Protestantism accomplishes its

role as a participant in the construction of the Brazilian society and their values. In spite of the adversities encountered on its beginnings those have served as a means to create the protestant character instead of suppressing it. A look into laicization of the contemporaneous society opens space for the Protestants, conferring them equal freedom as that of the Roman Catholics. Through out the time the adversities serve to forge the character of the protestant instead of mitigating it.

KEYWORDS

Protestantism; Insertion; Identity; Roman catholic church; laicization.

1. A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO E A FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE

Professar uma religião torna o seu seguidor um prosélito em potencial. Conhecedores desse fato, os dominadores da nação brasileira procuraram de uma maneira poderosa impedir a propagação do protestantismo na nossa cultura. Urdiram tramas, nas quais o poder reinante consegue manipular as cabeças pensantes do Estado a tornar a vida dos protestantes insuportável, incluído aí o cerceio de seus direitos de cidadania. A manipulação dos sentimentos dos protestantes mediante a interpretação das leis reinantes no país desencadeia uma série de articulações discriminatórias, tendo como único objetivo o impedimento do livre acesso do povo ao contato com os novos imigrantes que traziam consigo a bandeira da liberdade religiosa à qual a Igreja católica abomina.

O horizonte cultural do povo brasileiro, desde os primórdios, sofre limitações, já que seu destino estava atrelado à Igreja e a identidade de seu povo é fadada à bagagem cultural portuguesa, com plenamente todo o ranço da Inquisição. Muito embora o Santo Ofício não exerça suas atividades aqui, mas apenas se encarregue de levar brasileiros para Portugal, e ali neutralizá-los usando seus métodos pedagógicos de persuasão (RIBEIRO, 1973, p. 15). A moral cristã brasileira configura-se em fundamentos altamente conflitantes. Elaborar-se, dessa forma, uma organização estrutural de uma cultura em

que o pensamento do povo é direcionado pelas autoridades, e indubitavelmente Estado e Igreja se confundem, ou melhor, são os senhores da nação. A sustentação que o Estado dispensa à Igreja é expressiva. Os argumentos utilizados são irrefutáveis. Há parceria de ideologia nas duas ordens. A problemática dos protestantes não é interesse de Estado, por conseguinte as agruras a eles submetidas foi parte de uma estratégia largamente usada na Europa, onde os protestantes eram perseguidos e dizimados.

Ao discorrer sobre o tema “A autoridade e o indivíduo”, Bertrand Russel (1956, p. 126) apresenta afirmações, das quais se pode aqui destacar: “o respeito à lei é condição indispensável à existência de qualquer ordem social sofrível”; isso os protestantes procuravam seguir e cumprir. Por sua vez, completa Russel (1956, p. 129), a sociedade também tem seu compromisso “e, inversamente a sociedade deve dar-me a liberdade de seguir as minhas convicções, exceto quando há razões muito poderosas para me impedir”. As razões apregoadas pela Igreja pareciam irrefutáveis à luz desse tempo. Como detentora do sagrado, arvora-se da verdade, e tudo mais soa falso e profano.

A construção da identidade do povo brasileiro serve de inspiração para estudos de muitas áreas, não apenas do ponto de vista religioso, mas também sob outros aspectos culturais e históricos que vão desaguar na atual conjuntura sociopolítica de nossos dias. A ação humana não pode ser descompromissada de sua história; conseqüentemente, a identidade do povo brasileiro, não apenas a dos protestantes, está fundada em bases que têm como âncora o autoritarismo, como o conseqüente abuso de autoridade para alcançar os propósitos traçados pelo Estado/Igreja, cuja comunhão ainda hoje se evidencia apesar da laicização dos tempos modernos.

O declínio da religião na sociedade industrial conduz o mundo contemporâneo a um estágio menos religioso e mais vazio de significância “autêntica”, assim expressa Thomas Luckmann (1973, p. 89).

A complexidade do momento conflita com a simplicidade à qual o protestantismo administra seu culto a Deus. De alguma forma, essa simplificação desmistifica o sagrado e pode levar às mais distintas interpretações de sua palavra contida na Bíblia. Livro esse cujo acesso era negado ao povo. O protestan-

te como conhecedor da verdade contida na Bíblia não inspira muita confiança, pois esse acesso é apenas permitido ao sacerdote, que, imbuído do poder outorgado pela Igreja, torna-se autoridade máxima na dispensação do sagrado. Os responsáveis pelo acesso ao livro da lei são os colportores, homens que se dispõem a viajar pelo interior deste país de dimensão continental apenas com o objetivo de propagar a palavra de Deus. De fato, enfatiza Mendonça (2004b, p. 54), ao chegarem aos lugares previamente visitados pelos colportores, os missionários encontraram “pequenas comunidades já dispostas a aceitar o protestantismo pelo conhecimento prévio da Bíblia. Fato curioso e exemplar foi o de José Manoel da Conceição, o ex-padre que veio a ser o primeiro pastor protestante brasileiro”.

Horta (1994, p. 71) considera que “a verdade é uma só; mas ela é expressa de maneiras diversas à medida que transcorrem as épocas”. O ex-padre José Manoel da Conceição abraça a maneira de expressão da verdade protestante. Sabe-se, portanto, que o tempo é agente causal da forma como a verdade é abordada e intuída pela sociedade. O povo protestante, dentro do limites que as autoridades brasileiras lhe permitem, busca a dispensação da verdade para a grande população deste novo país em fase de construção; apesar das adversidades aqui encontradas, não apenas de ordem estatal/eclesial, como também o enfrentamento do desconhecido, no qual as suas forças eram sorrateiramente minadas. Enfatiza ainda Horta (1994, p. 71) que “uma das censuras que se fazem à Igreja Católica é a de que ela está perdendo a batalha da comunicação, porque os seus representantes já não falam a linguagem da nossa época”.

Ao se olhar de maneira retrospectiva, pode-se dizer que a linguagem da Igreja sempre foi dissonante da linguagem do povo, e o temor de enfrentamento de uma sociedade conhecedora da palavra de Deus é sempre motivo de inquietação para a sua ordem tão bem centrada na ausência de questionamentos. Por sua vez, a desmistificação do sagrado leva o protestantismo ao outro extremo. O sagrado perde sua aura. As cerimônias religiosas são desnudadas a um nível de simplificação perturbadora.

Os conflitos da construção da identidade do povo brasileiro a qual se vai lapidando paulatinamente não são de somenos, e no seio de tão grande redemoinho o protestantismo

consegue se instalar e configurar os seus valores numa sociedade de tantas faces a refletirem na modernidade a incerteza de novos tempos. E como diz Bosi (2002, p. 7), “a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”.

Assim se instaura a formação da identidade protestante, conseqüentemente moldada às expensas de leis injustas para os protestantes, como a da celebração de cultos “em locais particulares sem caráter de templo” (LÉONARD, 1981, p. 51), mas coadjuvada pelo altruísmo que tão bem emoldura os missionários que aqui aportam. Em relação a esse fato, Ribeiro (1973, p. 32), ao estudar a Constituição de 1824, diz que “embora assegurasse a presença de acatólicos na vida nacional, contudo limitou sua liberdade de culto, bem como a participação na vida política”. Afeita aos novos tempos, a Igreja busca o resgate dos valores que foram se transmutando à proporção que o protestantismo se foi inserindo na cultura brasileira.

A maneira como o protestantismo se inseriu no Brasil foi deveras peculiar, especialmente ao se levar em consideração a transposição social ao qual ele foi formatado antes de aqui aportar. Sabe-se que os americanos foram os missionários que trabalharam com afinco para que o espírito da reforma se fizesse presente no Brasil. Essa passagem do pensamento reformado pelos Estados Unidos antes de aqui aportar certamente foi burilado dentro de outra sociedade e com anseios diferentes de sua origem europeia. Ao abordar esse fato, Mendonça (2004b, p. 64-65) assim grafa suas hipóteses:

Uma hipótese pode partir da influência do pragmatismo imperante na cultura americana no tempo mais agudo das missões, o século XIX, pragmatismo complementado pelo empirismo da escola escocesa do senso comum, encabeçada por Thomas Reid (1704-1796). [...] Uma segunda hipótese seria oferecer uma contrapartida à pedagogia humanista católica. Uma terceira e última, talvez a mais explicativa, seria o tipo de protestantismo que os missionários traziam. Boa parte deles, direta ou indiretamente, provinham do espírito do despertar religioso (*revivals*) que percorreu os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XVIII até meados do seguinte.

A sociedade americana fez assim a transposição de um protestantismo oriundo de uma sociedade democrática republicana que seria desenvolvida por meio da educação pragmática modernizante. Por sua vez, em relação à transposição para o Brasil, como enfatiza Mendonça (2004a, p. 158), “o protestantismo no Brasil já nascera velho com idéias formadas numa situação histórico-social estranha”.

Procura-se abordar a maneira como isso ocorreu e quais as consequências desse espírito em nossa cultura, pois a pesquisa desaguou em uma surpreendente constatação de Mendonça e Velasques Filho (2002, p. 22),

A história da inserção do protestantismo no Brasil já está de certo modo estudada. Há, no entanto, um curioso descompasso entre historiadores eclesiásticos. Os historiadores do Brasil sempre fazem referências aos invasores protestantes do período colonial, isto é, franceses e holandeses, embora não se demorem muito no caráter religioso desses invasores. Quanto à inserção e permanência do protestantismo no Brasil independente – questão que não deixa de ter relevância sob outros aspectos – os historiadores praticamente silenciam. O capítulo sobre o protestantismo no Brasil tem sido exclusivamente de historiadores eclesiásticos, sociólogos e antropólogos interessados na religião. O descompasso que aqui nos referimos reside no fato de que, enquanto historiadores em geral silenciam, os eclesiásticos produzem textos desvinculados da realidade social. Assim, uns não fazem e outros não complementam.

Nota-se uma dicotomia entre historiadores e eclesiásticos quanto à historicidade dos fatos, e a avaliação da inserção desse protestantismo histórico pelas lentes de um sociólogo é aqui registrada:

A presença do protestantismo histórico no Brasil é marcada por profunda complexidade, tanto no que se refere ao seu próprio espírito como à sua participação cultural e sociopolítica. O protestantismo de imigração, apesar de ter arrefecido seu zelo étnico, que o manteve isolado por bastante tempo, parece ter também assumido espírito de desinteresse pela expansão de sua fé, e o de missão ou conversão insulou-se em comunidades de eleitos.

Se os protestantes de imigração formaram guetos culturais, os de missão criaram éticas. Ambos se tornaram estranhos à cultura brasileira aberta em seu modelo católico de cristandade (MENDONÇA, 2004b, p. 61).

A identidade do protestante brasileiro passa a ser construída pela sociedade aqui presente. Para que os missionários conseguissem aqui chegar, tiveram que enfrentar as agruras de uma dura viagem. A mensagem que eles traziam, por sua vez, também foi difícil de ser estabelecida sem que passasse por muitas turbulências sociais. A rejeição do modelo vigente na nova nação ao espírito da reforma estava como um fantasma em todos os lugares. Entretanto, eles não desvaneceram, quiçá esses obstáculos tenham servido para forjar um caráter mais obstinado nos protestantes. O’Dea (1969, p. 35) ao citar Durkheim, o qual comenta as características do sagrado, afirma que: “o seu caráter de apoio e fortalecimento. As forças sagradas atuam nos crentes de maneira a fortalecê-los e mantê-los”.

A busca pela identidade desse grupo se fez presente nos mínimos detalhes. Eles eram deveras peculiares em suas maneiras de cultuar a Deus. E procuravam ser diferentes, pois o outro, o católico, era o impuro, com o qual eles não podiam se contaminar. É mister entender-se o que é identidade e o que aqui se faz, segundo Borges Pereira (2005, p. 103): “A preocupação atual pelas identidades singulares seria o produto dialético não previsto dessa homogeneização, na medida em que enfatiza a heterogeneidade das maneiras humanas de viver a vida”. Ressalta-se, assim, que a busca pela identidade está presente na sociedade, em todas as áreas sociais.

Sabe-se que a identidade de um grupo se inicia com o nome que ele se atribui ou que lhe foi atribuído. Consequentemente, a identidade é relacional. A identidade se constrói social e historicamente. No caso particular, os “crentes” assim se nominaram por usarem o imediato sentido da palavra inglesa *believer*. Essa nomenclatura permaneceu até o advento dos pentecostais e dos neopentecostais. A palavra crente passou a ser usada pelos não protestantes com uma conotação pejorativa, ou como diz o antropólogo Borges Pereira (2005, p. 105-106): “preconceituosa e discriminatória”. Por sua vez, a palavra protestante, que na realidade é um nome genérico e historicamen-

te enraizado, tem seu uso entre todas as denominações. Entretanto, esse nome não parece satisfazer a identidade dos membros das igrejas batista, pentecostal, episcopal, pois esses têm preferência pela identidade denominacional. O nome evangélico posteriormente foi substituindo o anterior, onde todas as denominações eram incluídas, nome esse muito usado pela mídia. Atualmente esse nome parece cada vez mais próximo das denominações pentecostais e neopentecostais.

No Brasil, pode-se também mencionar a presença do protestantismo étnico ou de imigração, com suas bases no anglicanismo cultivado pela colônia inglesa, e o luteranismo, relativo à colônia alemã. Nesses, a ausência de evangelização se fez presente.

O protestantismo de conversão ou de missão, como escreve Mendonça (2004b, p. 53-54), entre os quais se inserem os presbiterianos, “teve o terreno preparado pelos distribuidores de bíblias, os verdadeiros pioneiros do protestantismo brasileiro”. O presbiterianismo foi o ramo do protestantismo que mais se expandiu no período considerado que vai de 1859 até o fim do século XIX (MENDONÇA, 1995, p. 15). Tinham como meta, esses missionários, a conversão de novos membros por meio da pregação da palavra de Deus. Vale ressaltar aqui que isso acontecia independentemente de raça, classe e gênero dos futuros conversos.

As missões americanas se destacaram entre esse grupo. Os missionários que aqui chegaram tinham uma linha calvinista; entretanto, eram coloridos de ideias pietistas, puritanas, metodistas etc. Esse ramo, de acordo com Borges Pereira (2005, p. 106), foi o mais penalizado, por ser expansionista. A hegemonia católica era notória, o Estado não era laico, e, por conseguinte, a Igreja católica romana exercia poder em todas as áreas. O primeiro contato com a cultura brasileira foi de grande impacto para os missionários que aqui aportaram. Não apenas por se tratar de uma população essencialmente católica, mas porque também o sistema vigente erguia-se qual muralha para bloquear a expansão protestante.

Mendonça (1995), em seu livro *O celeste porvir*, descreve a saga dos missionários que, além de enfrentarem a pestilência, pois tinham que se embrenhar no mato até chegarem às fazendas onde aí encontravam as almas prontas a serem evangeliza-

das, ainda não recebiam nenhum apoio das autoridades. Duas coisas ressaltavam a esse povo carente. O padre católico raramente aparecia para lhes suprir as necessidades espirituais. E em segundo plano, não existia a utopia para alimentar um futuro de vida melhor, aliviando assim as dificuldades do cotidiano. Assim sendo, o pastor, mediante a leitura da palavra e dos cânticos que lhes ensinava, aos poucos ia minorando o sofrimento.

Em 1837, explica Mendonça (2004b, p. 54), aportou no Rio de Janeiro um representante da Sociedade Bíblica, dando início à distribuição de bíblias. Tratava-se do pastor norte-americano Daniel Parish Kidder, sendo ele o primeiro metodista a aqui chegar. James Fletcher era também participante da distribuição de bíblias. Vale frisar que essa estratégia de distribuição de bíblias foi de grande valia para a posterior vinda dos missionários. Uma importante figura para o meio protestante, padre Manoel da Conceição, converte-se após ter acesso a uma Bíblia na casa de seu médico.

Em 1555, os huguenotes invadiram o Brasil, permanecendo até o ano de 1567 (MENDONÇA, 2004b, p. 50). Essa invasão corresponde à segunda tentativa de os protestantes se instalarem na América Latina, pois em 1528 haviam tentado a Venezuela. A permanência dos franceses foi curta, pois a luta com os índios e o confronto com os portugueses tornaram impossível sua permanência por aqui. Em relação a esse protestantismo de invasão e à consolidação política e econômica do Brasil, vale ressaltar a opinião de Mendonça e Velasques Filho (2002, p. 23), mais uma vez quando a esse assunto se referem:

A invasão francesa, pelo menos em seus motivos explícitos, estava ligada à reforma, e a Reforma foi um movimento anglo-saxão em sua essência, embora a França tenha tido papel relevante nos primeiros tempos. Há uma correspondência histórica entre as invasões protestantes no Brasil e as tentativas de rompimento da hegemonia latino-católica por parte do mundo anglo-saxão protestante. Esse movimento se dá aos poucos e se consolida no século XIX quanto ao político e econômico, mas não quanto à religião e à cultura, já definitivamente implantadas. É por isso que o Brasil, assim como toda a América Latina, sendo dependente econômica e politicamente do mundo anglo-saxão, permanece latino sob o prisma da religião e da cultura.

Pelo que se percebe nas entrelinhas, o protestantismo ainda não foi absorvido totalmente pela sociedade e continua sendo um “corpo estranho”. Designação essa dos próprios autores antes mencionados.

Em 1630, os holandeses invadiram Pernambuco, sendo expulsos em 1654 (MENDONÇA, 2004b, p. 50). Os holandeses deixaram sua marca no Brasil – melhor dizendo, no Nordeste. Depois da expulsão dos holandeses em 1654, somente em 1810 é que protestantes tiveram permissão de entrada aqui. Levando-se em consideração esse período, podemos dizer que o protestantismo no Brasil teve três fases: invasão (huguenotes e holandeses), imigração (colonos alemães e suíços) e a de conversão ou de missão (missões norte-americanas no século XIX (MENDONÇA, 2004b, p. 52).

Em seu trabalho sobre religião e sociologia do conhecimento, esclarece Mendonça (2004a, p. 159) que “o protestantismo no Brasil apresentava-se sob duas visões antagônicas. Uma era liberal, modernizante e progressista, ideológica, portanto, e outra messiânica-milenarista”.

Mendonça (2004a, p. 158), ao comentar a citação de Émile-G. Léonard, de que “o protestantismo europeu adorava enquanto o brasileiro trabalhava”, considera essa afirmação um equívoco. Continua Mendonça (2004a), ao discorrer sobre a implantação do protestantismo no Brasil, afirmando que essa ação missionária construiu-se mais sobre a ética do que sobre a experiência religiosa. Em sua análise, ele explica por que a classe menos abastada aderiu à religião protestante: por estar postada fora do sistema, necessitava de utopia conforme mencionado anteriormente. Já a classe dominante não aceitou a religião, muito embora tenha aceitado sua ideologia. Segundo Mendonça (2004a, p. 160), “as idéias religiosas são aceitas ou recusadas na medida em que respondem ou não às condições de existência”. Por sua vez, a elite dominante precisava também ser convertida, mas as dificuldades eram quase que intransponíveis.

Primeiramente, dessa classe algumas mulheres foram aceitando o Evangelho, mas a resistência permanecia por parte da Igreja católica romana. Os missionários, por meio da educação, procuraram atingir os mais abastados. Ainda em sua análise, o sociólogo Mendonça (2004a, p. 164) diz que “a

mensagem da religião foi abraçada pelos excluídos e a elite liberal e progressista aceitou a educação”.

As adversidades enfrentadas pelos neoconvertos ampliou-se até o ponto de um falecido de algum membro desse grupo não ter direito a sepultamento nos cemitérios católicos. Em alguns lugares, ainda existem cemitérios protestantes, como na capital de São Paulo e em Brotas (SP). Outras restrições se perpetuavam apesar da Constituição Imperial de 1824, artigo 15, a qual “reconhecia o Brasil como uma nação cristã em todas as suas comunhões e estendia os direitos políticos a todas as profissões cristãs” (MENDONÇA, 1995, p. 26).

Essas restrições diziam respeito também aos locais de culto e à construção de templos. Dessa forma, o sistema cultural-religioso hegemônico consegue se interpor à expansão fora do próprio grupo.

O protestante procurava circundar essas barreiras mediante um comportamento

[...] educado, para ser o exemplo edificante de superioridade religiosa: exemplo nas atitudes morais, exemplo na escola, exemplo no trabalho, exemplo nas suas relações pessoais e sociais. Cada crente deveria ser o sal da terra ou, pelo menos, deveria evitar ser a pedra de tropeço no caminho da evangelização (BORGES PEREIRA, 2005, p. 108).

Cada membro exercia com probidade sua tarefa, sendo sal da terra, pois era a maneira de permanecerem ímpolutos. Nas festas dos fins de semana, eles se faziam ausentes. Esse era o momento em que a bebida conduzia a um comportamento desabonador, e um protestante não podia ser conivente com o erro. Qualquer ato individual era observado. O grupo deveria, portanto, permanecer acima de toda situação que o conduzisse à aparência do mal. Assim alimentavam sua autoestima. “Os protestantes se construíam positivamente, enquanto os católicos construíam os protestantes à sua maneira, isto é, negativamente” (BORGES PEREIRA, 2005, p. 108). Os protestantes missionários deixaram o seu legado de fé e de educação. A educação induziu a igreja dominante a também fundar escolas e universidades. O ecumenismo veio aplainar as divergências religiosas. Consequentemente, revestindo-os de nova

roupagem, a identidade, especialmente dos presbiterianos, adquiriu nova feição. Como diz Borges Pereira (2005, p. 109)

Talvez o ecumenismo possa ser visto como expressão, no plano religioso, do fenômeno da globalização do mundo, colocando as singularidades religiosas, como caso de certos grupos protestantes, perplexos perante um processo que tende a diluir suas fronteiras, a colocar em dúvida as suas próprias identidades construídas em outros momentos históricos.

O protestantismo histórico tem vencido as adversidades e até agora permanece firme nos fundamentos de sua fé. É possível que a pregação da piedade individual e da independência de cada um *de per si* ser responsável por sua salvação tenha conduzido o protestantismo a patamares capazes de sofrer abalos e de não se intimidar diante de seus opositores. O envolvimento do leigo foi de grande valia para a organização e crescimento do protestantismo. Outro ponto que aqui mencionamos é que os Estados Unidos sempre deram suporte aos grupos protestantes, até que os próprios brasileiros se acharam capazes de gerir suas igrejas. Citam Mendonça e Velasques Filho (2002, p. 24) que “as organizações paraeclesiais a partir da década de 1950 passaram a agir paralelamente às igrejas com ampla injeção indireta de recursos e ideologia conservadora”.

Essa atitude das igrejas forçou os missionários a deixarem o campo de ação livre, para os próprios brasileiros assumirem sua direção. De uma forma singular, o protestantismo tradicional contribuiu com a sociedade, deixando a sua marca na educação, nas artes, especialmente nos hinos. Não podemos nos esquecer de que a ética protestante também foi um marco na economia. E como diz Bertrand Russel (1956, p. 134): “as pessoas nem sempre se lembram de que a política, a economia e a organização social em geral pertencem ao reino dos meios, e não dos fins”.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas foram lançadas na expectativa de se conseguir atingir os objetivos, por meio de um trabalho bem estrutura-

do. Consultas foram realizadas à literatura que fundamenta a história da saga protestante no Brasil, sempre mantendo-se em mente a inserção do protestantismo, discorrendo sobre seus momentos de dificuldades, cuja tenacidade da fé se mostra capaz de vencer as barreiras da sociedade de um país em formação, alicerçada em fundamentos católicos romanos e opositores ao protestantismo. O desfecho entre a religião institucionalizada e a dos missionários que aqui aportavam mostra um duplo caminho que poderá servir como percurso de uma vida embasada nas Sagradas Escrituras, mas moderada, ausente de atividades sociais predominantemente de cunho religioso, ou o de caminhos menos árduos e de um gradiente auspicioso aos olhos do imperialismo dominante. O primeiro caminho foi percorrido por homens e mulheres que se decidiram pela fé protestante.

REFERÊNCIAS

BORGES PEREIRA, J. B. Identidade protestante no Brasil: ontem e hoje. In: BIANCO, G.; NICOLINI, M. (Org.). *Religare: identidade, sociedade e espiritualidade*. São Paulo: All Print, 2005.

BOSI, A. *Cultura brasileira: temas e situações*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

HORTA, L. P. (Org.). *Sagrado e profano: XI retratos de um Brasil fim de século*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

LÉONARD, E. G. *O protestantismo brasileiro*. Rio de Janeiro; Juerp; São Paulo: Aste, 1981.

LUCKMANN, T. *La religion invisible*. 2. ed. Salamanca: Sígueme, 1973.

MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Bernardo do Campo: IMS, 1995.

_____. Religião e sociologia do conhecimento. *Estudos de Religião*, ano XVIII, n. 26, p. 151-189, jan./jun. 2004a.

MENDONÇA, A. G. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. (Org.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2004b.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

O'DEA, T. *Sociologia da religião*. São Paulo: Pioneira, 1969.

RIBEIRO, B. *Protestantismo no Brasil monárquico: aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

RUSSEL, B. *A autoridade e o indivíduo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.